

Contexto 2006-2007

Human Rights Situation in Venezuela

Annual Report October 2006/ September 2007

A situação em que se desenvolveram os acontecimentos econômicos, sociais e políticos no país durante o período que abarca o presente Informe reflete uma extrema complexidade, que é paradoxal e contraditoriamente propícia e adversa ao mesmo tempo para a satisfação dos direitos humanos. A Venezuela avança em direção a mudanças estruturais sob a condução de uma coligação de forças políticas lideradas pelo presidente Chávez que se propôs fazer uma revolução por caminhos não violentos e institucionais¹. Pretende governar de forma diferente em relação ao passado recente, realizar mudanças na produção e distribuição da riqueza, promover uma cultura política com forte conteúdo ideológico nacionalista e de esquerda, administrar o Estado de acordo com princípios, normas e formas que diferem dos consolidados durante a última década e conduzir a economia fortalecendo a presença do Estado em todos os seus níveis². Tais mudanças foram denominadas pela elite política governante como “Socialismo do século XXI”. Depois de oito anos de governo, o discurso anticapitalista do presidente Chávez e o desenvolvimento de algumas políticas inclusivas conquistaram a adesão de milhões de homens e mulheres, principalmente dos setores mais pobres da população³. Isso lhe assegurou ser reeleito como presidente, por terceira vez consecutiva em 8 anos, em 06.12.06 por um período de mais seis anos⁴. Seu triunfo garante a permanência em funções de governo da coligação política que o acompanha

¹ Em reiteradas oportunidades o Presidente tem afirmado que a revolução venezuelana é pacífica, porém armada, referindo-se a que conta com o respaldo da Força Armada Nacional.

² Em ocasião de sua reeleição o Presidente Chávez definiu o que sejam as linhas básicas para avançar em direção ao socialismo. Para tal fim usou figurativamente o termo “cinco motores rumo ao socialismo”. Esses cinco motores são: Lei Habilitante (via direta ao socialismo); Reforma Constitucional (estado de direito socialista); Moral e luzes (educação com valores socialistas); a Nova Geometria do Poder (o reordenamento socialista da geopolítica da nação); Explosão do Poder Comunal (democracia protagonista revolucionária e socialista). [on line] <http://www.minci.gob.ve/motores>>. Consulta de 26.09.07.

³ O discurso antineoliberal e contra o “capitalismo selvagem” tem sido uma constante do Presidente Chávez. O discurso a favor do socialismo emerge a partir de sua reafirmação no poder no referendun de 2004.

⁴ Em 06.12.98 ganhou com 56,20% dos votos; em 30.07.00 com 59% dos votos e em 03.12.06 com 63% dos votos.

em seu empenho de construir na Venezuela uma sociedade de caráter socialista⁵.

Indefinição do Socialismo do século XXI

Não há dúvida que os que possuem hoje o poder na Venezuela desejam dar forma e vida ao socialismo que pregam. A grande interrogante de importantes setores da população é se esse socialismo será ou não diferente das experiências do chamado “socialismo real”, altamente questionada logo que o desmoronamento do bloco socialista na década de 80 revelara as violações aos direitos humanos e autoritarismo dos regimes que se instauraram nos países que conformavam esse bloco⁶.

O que se avançou até a data com o propósito de construir o chamado socialismo do século XXI não significou por enquanto uma ampla satisfação dos direitos humanos, nem conseguiu garantir mais e melhor democracia.

Mesmo tendo, após oito anos de governo, constatadas melhoras na satisfação dos direitos sociais, uma análise integral indica que as violações aos direitos humanos são constantes e em direitos específicos não se registram avanços, enquanto que em outros a situação é de maiores violações.

Se bem se promove a participação e se reivindica no discurso o protagonismo dos setores historicamente excluídos, isto não se traduz ainda em expressões de exercício democrático que facilitem à cidadania um protagonismo real na tomada de decisões fundamentais, nem na consolidação de mecanismos e instituições que estimulem, canalizem, e garantam uma participação democrática nos diversos assuntos da vida do país.

Há, pelo contrário, indícios de que no processo de construção desse socialismo emergem e se consolidam traços autoritários e práticas regressivas

⁵ A coligação de governo está conformada entre outros pelo Movimento V República (hoje dissolvido no Partido Unido Socialista), o Partido Comunista da Venezuela, o Partido Pátria Para Todos, o Partido Podemos e Movimento Tupamaro.

⁶ Na coligação governamental existem opiniões muito diversas e em alguns casos confrontadas sobre o “socialismo real”. Embora, em termos gerais todos coincidem em conceber que o sistema que se quer instaurar tem componente nacional e de elaboração própria, sem negar referentes daquelas formas de socialismo. No seu discurso com motivo de sua reeleição em 03.12.06 Chávez afirmou: “Que ninguém tenha medo do socialismo, é fundamentalmente humano, amor, humanidade, solidariedade. O socialismo nosso é originário indígena, cristão e bolivariano; esse é o socialismo, vamos construí-lo”.

em matéria de direitos humanos, principalmente no campo dos direitos civis e políticos. A discriminação por razões políticas⁷, a intolerância frente às vozes dissidentes ou críticas⁸, a criminalização do protesto social⁹ aumentando a lista de processados por motivos políticos¹⁰, a concentração de poder no Executivo Nacional e a debilitação dos contrapesos institucionais, assim como a cada vez maior militarização da sociedade, são indícios negativos que se traduzem em preocupações para o futuro imediato do país. Isto, porém, não necessariamente implica que desembocará numa ditadura como assinalam setores radicais da oposição. Isto dependerá da capacidade de incidência no acontecer nacional que tenham as forças que apostam numa transformação que cristalize um país onde impere a democracia, a equidade, a justiça e a não discriminação¹¹. A Venezuela vive um período de transição onde começam a se deixar para trás alguns dos símbolos e instituições do passado denominado “Quarta República”¹², mesmo que ainda sobrevivam muitas das perversas práticas estatais desse período¹³. Aparecem novos símbolos, práticas estatais

⁷ Um exemplo da discriminação existente se encontra na comunicação pública do ministro de Cultura Farruco Sesto em função da presença de uma atriz em uma manifestação estudantil. “A partir de agora temos que nos cuidar da seleção dos atores a fim de não brindar gratuitamente espaços de comunicação aos pequenos soldados opositores da guerra mediática? Remitimo-nos ao povo. Posto que é o povo o dono desses espaços e desses recursos, é o povo, em sua sabedoria, quem tem a palavra”. Outro exemplo foram os protestos efetuados pela nacionalização das brocas controladas pelas empreiteiras petrolíferas. Durante o processo, os trabalhadores denunciaram que 700 deles não haviam sido religados a seus postos de trabalho porque haviam assinado a solicitude de revocatório contra o Presidente ou porque não se haviam inscrito como aspirantes ao Partido Socialista Unida da Venezuela (PSUV).

⁸ Encabeçados pelo Presidente da República porta-vozes governamentais desqualificam de maneira imediata todo aquele que provindo de suas filas atreve-se a criticar publicamente o chefe do Estado ou questiona condutas ou práticas equivocadas. O exemplo mais recente se encontra na desqualificação dos deputados do partido Podemos que se atreveram a criticar a proposta de reforma apresentada pelo Executivo Nacional, apontados como traidores. Outros qualificativos freqüentemente utilizados para desqualificar a dissidência têm sido as palavras “oligarca”, “fascista”, “golpista”, “imperialista”.

⁹ Cada vez mais o número de protestos reprimidos e o uso dos órgãos de administração de justiça para levar a juízo penal a ativistas sociais que são na sua maioria submetidos a regime de apresentação periódica nos tribunais e alguns são privados de liberdade.

¹⁰ Essas pessoas processadas não o estão por terem cometido delitos comuns, quase a totalidade não são políticos e sim ativistas sociais, ainda estão processados por terem participado na exigibilidade de direitos ou por se oporem a través de manifestações a políticas governamentais. Historicamente na Venezuela essas pessoas são chamadas de processados ou presos políticos se finalmente são privados de liberdade.

¹¹ Do campo dos direitos humanos é possível aportar para que esse socialismo do século XXI seja realmente democrático, respeite a pluralidade e seja garantia dos contrapesos institucionais adequados.

¹² É o termo usado pela coligação governamental para se referir a todo acontecimento ocorrido antes que o Presidente Chávez ganhasse suas primeiras eleições em 1998.

¹³ Um caso emblemático é constituído pelos corpos policiais que depois de oito anos de governo ainda continuam impregnados de espírito repressivo e cometem inumeráveis violações aos direitos humanos, tal como se comportavam no passado da denominada “Quarta República”.

e políticas públicas que se orientam a produzir mudanças no plano econômico, político e social com carimbo de caráter socialista¹⁴. Essa transição constitui uma oportunidade histórica para contribuir para a conquista de mudanças significativas cujo resultado seja um país mais próspero, eqüitativo e democrático. O futuro imediato depende da confrontação que se produz entre as forças com vocação democrática -que as há nas filas dos que governam- e identificam-se como revolucionários e socialistas, e entre os que se opõem ao governo e as forças com vocação totalitária, que também existem nas filas governamentais e nas da oposição. Continuamos portanto frente a uma pugna de forças sociais e políticas que se empenham em alcançar mais ou menos democracia, entre avançar para um regime autoritário ou ditatorial ou um regime com virtudes democráticas, entre garantir, mais ou menos a vigência dos direitos humanos.

Reforma Constitucional viola a Constituição de 1999.

Desde que foi reeleito em 03.12.06 o presidente Hugo Chávez se propôs introduzir mudanças no arcabouço jurídico do país “*para adaptá-lo aos novos tempos*”. Com esse fim solicitou à Assembléia Nacional (AN) que lhe outorgasse a faculdade de legislar através do mecanismo de lei habilitante¹⁵. A NA com rapidez processou a solicitação e concedeu-lhe a potestade de ditar decretos lei por um lapso de 18 meses¹⁶. Dias depois, o presidente Chávez avançou muito mais e propôs que devia se reformar a Constituição: “Vamos rumo a uma república socialista da Venezuela e para isso requer-se uma profunda reforma na Constituição¹⁷”. Assumiu a iniciativa constitucional e mediante decreto criou um Conselho Presidencial para a elaboração da

¹⁴ No simbólico realçam-se figuras como as de Ernesto “Che” Guevara, reivindicam-se processos políticos como o cubano, avança-se até formas de propriedade privada coletiva y propriedade estatal. Além disso as maiorias das forças da coligação governamental se fusionaram no Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

¹⁵ Mediante a Lei Habilitante o Presidente da República pode ditar decretos com categoria constitucional, valor e força de lei.

¹⁶ Em 08.01.07 o Presidente Chávez solicitou à Assembléia Nacional (AN) que promulgasse uma lei habilitante. Em 01.02.07 a Lei foi publicada na Gazeta oficial N° 38.617.

¹⁷ Hernán Lugo: *Chávez pidió poderes especiales para nacionalizar CANTV y áreas estratégicas. El Nacional*. 09.01.07, pág A-2.

proposta de reforma¹⁸. A esse Conselho foi outorgado o mandato de trabalhar sob estrito caráter confidencial. Em 15.08.07, o Conselho, através do Presidente, apresentou à AN e à população o projeto de reforma. A proposta contemplou introduzir mudanças em 33 artigos da Constituição, muitas delas violentam princípios fundamentais e a estrutura do texto constitucional. O conteúdo da proposta implicava um retrocesso em matéria de direitos humanos. Esse caráter regressivo acentuou-se ao agregar à AN 36 artigos a serem reformados¹⁹. O conjunto da proposta criou, além disso, um marco jurídico favorável à violação dos direitos humanos. A esse respeito, a coligação de organizações agrupada no Fórum pela Vida expressou suas observações nos seguintes termos: *“O Fórum pela Vida adverte que os direitos humanos não podem ser submetidos a processos de referendun, porque são qualidades inerentes à dignidade do ser humano. Os direitos humanos são irrenunciáveis, intransferíveis e não negociáveis. Se modificasse o núcleo intangível dos direitos humanos estar-se-ia violando o princípio de progressividade que implica que os Estados devem aumentar paulatinamente o reconhecimento dos direitos humanos (consagrado no artigo 19 da Constituição) é um limite material ao poder constituinte, inclusive ao qualificá-lo como originário. Essa seria a mesma razão pela qual, nem sequer pela via da Assembléia Constituinte poderia se modificar a preeminência dos direitos humanos, nem consagrar retrocessos nesta matéria²⁰.”* Outros setores, por razões diversas também rejeitaram a proposta: *“O pluralismo político é um dos valores fundamentais consagrados pela atual Constituição (Art. 2). A implantação de um Estado Socialista é excludente, e implica a anulação do pluralismo e da liberdade política e de consciência dos cidadãos. É um fato comprovado que dentro de um Estado democrático podem existir partidos*

¹⁸ O Conselho foi presidido pelo Presidente Chávez e esteve integrado, entre outros por: Isaías Rodríguez Fiscal Geral da República; Germán Mundarain, Defensor do Povo; Luisa Estela Morales, presidenta do Tribunal Supremo de Justiça; Cilia Flores presidenta da NA, assim como por mais cinco deputados. O Conselho foi juramentado em 17.01.07.

¹⁹ Em 14.10.07 a Comissão Mista da AN designada para trabalhar na proposta de reforma apresentou o resultado de seu trabalho.

²⁰ As organizações do Fórum pela Vida questionaram entre outros assuntos a eliminação do devido processo e do direito à liberdade de informação nos estado de exceção; a eliminação do controle parlamentar e judicial do decreto que declara o estado de exceção e o caráter indefinido do mesmo; a definição do Estado como socialista pois isto atenta contra a pluralidade política; a violação do direito a eleger e ser eleito; a reeleição presidencial por vulnerar o principio e alternabilidade. O Fórum qualifica a proposta como regressiva e inconstitucional. [on line] < www.derechos.org.ve>.

*socialistas e governos socialistas. Abundam exemplos no mundo atual como no Chile e no Brasil. Diferentemente, num 'Estado socialista', tal como se propõe na Venezuela, toda a atividade política, social, econômica e cultural se encaixa dentro de uma única opção, um pensamento único*²¹.” Nas filas da coalizão governamental também se expressaram questionamentos ao projeto de reforma²². A proposta, porém, foi defendida por líderes sociais e políticos afetos ao governo: *“continuamos reafirmando nosso compromisso de militância com o projeto bolivariano que é liderado pelo Comandante Hugo Chávez Frias, porque estamos convencidos de aprofundar o processo de reforma e de revolução que é produto da participação protagônica do povo venezuelano*²³”.

Dos 69 artigos a serem reformados alguns implicam, porém, um avanço. Em vários aspectos relacionados com os direitos sociais se garante uma maior satisfação dos direitos humanos. *“O Fórum pela Vida valora como positivas as normas que reduzem a jornada de trabalho para seis horas; o reconhecimento do direito à cidade e da origem multi-étnica dos venezuelanos; e a regulação do financiamento estatal nas campanhas eleitorais. Entretanto, esses avanços não podem ser a justificção para aprovar normas que restringiriam o exercício dos direitos humanos dos venezuelanos*²⁴.

Não obstante, uma valoração global e integral da proposta de reforma nos conduz a afirmar seu caráter regressivo e que implica um marco jurídico que favorece a violação dos direitos humanos.

Na data de fechamento deste Informe, a NA entregava ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) a proposta de reforma, para que este procedesse a convocar o referendun no dia 02.12.07. Fica em mãos da população aceitar ou impedir uma reforma regressiva.

A ineficiência, a corrupção e o burocratismo como males do governo.

²¹ Pronunciamento da Conferência de Arcebispos e Bispos da Venezuela. [on line] <<http://www.eluniversal.com>>. Consulta de o 19/10/2007.

²² Na data de entrada na gráfica deste Informe, o Partido Podemos que respaldou a reeleição do Presidente Chávez em 03.12.07, chamou a cidadania a votar pela opção de “Não” no referendun aprobatório da proposta de reforma constitucional. Tal palavra de ordem foi também expressada pelo ex-ministro da Defesa Raúl Baduel.

²³ Afirmações do dirigente camponês e deputado na AN Bráulio Alvarez.

²⁴ Além disso, se declara inembargável a moradia principal e se promove a propriedade coletiva.

No seu discurso de saudações ao povo da Venezuela, na noite de 03.12.06, quando o CNE anunciou que o Presidente Chávez tinha sido reeleito, ele admitiu que seu governo até esse momento era afetado por três grandes males: a ineficiência, a corrupção e a burocracia, os quais prometeu combater. *“Devemos redobrar as conquistas na batalha contra a ”contra-revolução” burocrática e contra a corrupção, guerra mortal contra a corrupção, uma nova moral bolivariana, uma verdadeira moral, cristã, socialista. Precisamos com intensidade suprema uma batalha por um novo Estado verdadeiramente novo que seja capaz de derrotar a burocratização do setor público”*²⁵. A ineficiência na execução das políticas, planos e projetos, por parte das instituições estatais, a descoordenação das diversas entidades e órgãos do Estado e a improvisação na maneira de assumir os assuntos de caráter público liderada pelo próprio presidente com sua prática de governar através do “me ocorreu” gerou um importante descontentamento nos setores da população²⁶. Outro fator que contribui na ineficiência governamental é a permanente rotação de funcionários com importantes cargos na administração pública. Mais uma vez mais o Presidente realizou mudanças no seu gabinete ministerial. Mudou o Vice-presidente da República e sete de seus ministros. Como já é costume, cada ministro ao instalar-se no cargo, muda por sua vez toda a equipe executiva.

As “boas políticas” dão “inadequados resultados” pela ineficiência governamental²⁷. A população sente que o tempo passa e não se resolvem assuntos fundamentais que afetam a cotidianidade das pessoas: os serviços públicos, por exemplo. Sentem frustração frente a promessas incompletas: da pouca construção de moradias à má qualidade das que se adjudicam.

Na sua Memória e Conta perante a plenária da NA o Auditor Fiscal Geral da República Clodosvaldo Russian afirmou: “Crônicas deficiências na planificação das obras públicas, ao ponto que se estimaram possíveis danos por Bs. 23,826

²⁵ [on line] <<http://www.vive.gob.ve>>. Consulta de 04.12.06.

²⁶ É de conhecimento público como o Presidente Chávez no seu programa dominical “Alô Presidente” improvisa medidas e políticas com uma expressão muito corrente: “me ocorreu”, “me ocorreu ontem à noite”, “no caminho me ocorreu” impondo um estilo de condução do Estado contrário a toda idéia de planificação e valoração de riscos.

²⁷ O governo tem definido, em muitos aspectos, adequadas políticas públicas que no caso de serem implantadas significariam avances importantes em matéria de direitos humanos, porém, com frequência ficam no papel, não se executam os orçamentos designados e se colocam na direção das instituições e entidades pessoas com limitada capacidade gerencial.

bilhões derivados de insuficiência nas especificações técnicas que em alguns casos levaram ao colapso das obras”²⁸.

A desesperança se incrementa quando se evidenciam casos de corrupção. Cada vez aparecem mais denúncias que envolvem funcionários com alta responsabilidade na estrutura do Estado. As denúncias no projeto Venezuela-Irã²⁹, as denúncias contra a corrupção na PDVSA³⁰, as inúmeras denúncias de corrupção no setor habitação³¹ exemplificam tal situação³². Tanto a AN como o Executivo Nacional adiantam investigações. A Comissão Ministerial Anticorrupção analisa³³ aproximadamente 370 denúncias vinculadas à corrupção e delitos conexos. Frente às mesmas se observa pouca firmeza nas altas esferas do governo para sancionar e desalentar tais fatos.

Na apresentação de sua Memória e Conta o Auditor Fiscal expressava certa frustração pelo comportamento do Estado frente ao mal da corrupção: *“Não pode ser que cidadãos sancionados e inabilitados pela CGR sejam incorporados a outros destinos na administração governamental. Essa forma grosseira e antiética de burlar a ação de controle deve ser erradicada de maneira definitiva”*.³⁴ Por outra parte o Fiscal Geral da República Isaías Rodríguez afirmou: *“...aquí há um problema de ineficiência do Estado para combater a corrupção...”*³⁵. Várias dessas denúncias implicam a afetação da satisfação de direitos sociais na população ao desviar-se para proveito pessoal

²⁸ Paula Ramones: El Estado pierde billete por obras inconclusas. *Últimas Noticias*. 01.08.07, pág.16.

²⁹ Ver neste Informe o Capítulo Direito à Terra.

³⁰ O padre José de Jesús Palmar Morales, simpatizante do governo, entregou provas à AN que dariam conta da corrupção em Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima, com relação à compra de brocas chinesas, sobre faturamento de preços de combustível e designação “a dedo” de empreiteiras de Pdvsa que evolveriam o ministro de Energia Rafael Ramírez.

³¹ O Ministro do Poder Popular para a Moradia e Habitat Ramón Carrizalez em declarações à imprensa reconheceu a existência de uma ampla corrupção no setor de habitação, razão pela qual, entre outras medidas, ordenou o fechamento do Programa 8 responsável por adjudicar moradias. [on line] <<http://www.guia.com.ve/noticias>>. Consulta de 14.06.07.

³² A Comissão Permanente da Controladoria da Assembléia Nacional em julho de 2007 estava processando mais de 800 denúncias relacionadas a corrupção. [on line] <<http://www.aporrealos.org/contraloria>>. Consulta de 09.07.07..

³³ Entre os casos que a Comissão estaria pesquisando encontram-se: O caso Cidade Lebrun que originou a destituição de Luís Velásquez Alvaray, Magistrado do Tribunal Supremo de Justiça; o caso Cimentos Andinos; as irregularidades no outorgamento de créditos em Fondafa.

³⁴ Paula Ramones: Estado pierde un billete por obras inconclusas. *Últimas Noticias*. 01.08.07, pág. 16.

³⁵ Johelis Campos: La impunidad es un problema de coordinación. *Últimas Noticias*, 20.08.07, pág. 18.

recursos destinados a melhorar a economia ou a situação social da população³⁶.

A corrupção se vê favorecida pelos obstáculos para o exercício real da *accountability* social. Apesar do discurso governamental a favor da participação da cidadania no controle dos recursos públicos, adotam-se medidas e práticas que impedem ou dificultam tal labor. Cada dia é mais difícil aceder às fontes oficiais. Ministérios e outras instituições do Estado vêm reduzindo as possibilidades de que homens e mulheres do país possam obter respostas oportunas e adequadas a suas petições ou de se informar acerca do gasto público. Os *sites* da maioria dos órgãos e instituições do Estado continuam dando informação dispersa, fragmentada e não se informa sobre assuntos essenciais relacionados com o gasto público. Além disso, o Estado tem pouca vontade para capacitar as pessoas para que elas exerçam sua tarefa de *accountability* social³⁷.

Diminui a pobreza e os pobres aumentam sua capacidade de consumo.

Afirmamos no início do presente texto que a complexa situação do país gerou simultaneamente situações adversas e favoráveis na vigência dos direitos humanos. Assim como crescem os riscos de uma maneira de governar autoritária e se criam condições favoráveis para a violação de direitos humanos, principalmente civis e políticos se fosse aprovada a proposta de reforma constitucional, produzem-se fatos positivos no campo dos direitos sociais. As políticas e medidas do governo orientadas a favorecer setores durante anos excluídos e algumas políticas de impacto global na população, deram como resultados que durante o presente período a pobreza continuou diminuindo. Segundo cifras oficiais durante o ano de 2006 a pobreza caiu 1,9 pontos; em 2007 havia caído 4,3 pontos em comparação a 2006 para situar-se em 28,8%. A pobreza extrema também se reduz ao passar de 10,6% em 2006

³⁶ A corrupção no caso do setor de habitação afeta o direito de muitas famílias a obter moradia, não só porque se adjudicam por mecanismos irregulares a pessoas possivelmente com menos necessidades que as que originalmente deveriam ser beneficiadas, mas também influi diretamente na má qualidade das mesmas, ao usar materiais de menor qualidade e avalia-los como de boa qualidade.

³⁷ Mariela Hoyer: Contralores sociales no están formados para evitar la corrupción. El Nacional, 06.05.07.

para 7,8% no primeiro semestre de 2007³⁸. A valoração desse resultado é altamente positiva, se consideramos que a pobreza é a violação mais constante e massiva dos direitos humanos no país. Sua redução significa uma situação de progressividade no campo dos direitos sociais. Uma causa e ao mesmo tempo efeito de menores índices de pobreza é que novamente os setores mais pobres incrementam sua capacidade de consumo. A distribuição da renda nacional através de múltiplos programas pareceria ser a causa de tal incremento. No fechamento deste Informe se tinha conhecimento de que o governo nacional através do orçamento ordinário e gasto ordinário havia destinado aos programas sociais chamados missões e aos conselhos comunais mais de 20 bilhões de bolívares³⁹. Isso significa um crescente fluxo de dinheiro as missões. O 2005 destinou 6,9 bilhões de bolívares e no 2006 o elevou em 114% ao colocar o monto em 14,8 bilhões⁴⁰.

Paradoxalmente, hoje os mais pobres têm mais capacidade de compra, mas a por sua vez menos possibilidade de adquirir produtos. Uma conseqüência do incremento da capacidade de consumo de importantes setores da população, explica em parte a escassez de produtos⁴¹. A produção nacional e inclusive as importações não conseguem cobrir a demanda. A incapacidade para cobrir a ascensão do consumo, trouxe como conseqüência um aumento das importações. Em 2006 as importações cresceram 36,01% importando-se um total de 32,2 bilhões de dólares⁴². O suporte fundamental para reduzir a pobreza o constitui o crescimento sustentável da economia venezuelana nos últimos três anos. Em 2006 a economia cresceu 10,3% em 2005 havia crescido 9,3% e se espera em 2007 um crescimento perto de 7%⁴³. Esse crescimento se sustenta essencialmente das receitas ingressos petroleros e na arrecadação por impostos nacionais.

As elevadas receitas permitiram ao governo, por sua vez, reestatizar algumas empresas básicas do Estado. No início de, ao apresentar ao presidente Hugo

³⁸ As cifras estão baseadas numa medição por receita familiar tendo como indicador a capacidade econômica de cada família para adquirir a cesta alimentar e a cesta básica.

³⁹ Mayela Armas: Más de 20 billones destinan a misiones y consejos comunales. El Universal, 13.09.07, pág 117.

⁴⁰ Víctor Salmeron: Gobierno duplicó dinero para las misiones en 2006. El Universal, 15.02.07, pág 114

⁴¹ Ver neste Informe o Capítulo Direito à alimentação.

⁴² Blanca Vera: La economía creció 10.3% en 2006. El Nacional, 23.02.07, pág A20

⁴³ Panorama, 15.12.06, pág. 23.

Chávez as 10 líneas estratégicas do Plano Nacional Simón Bolívar (2007-2021) expressou referindo-se à Lei Habilitante: *“Devemos escrever uma lei mãe de todas as leis revolucionárias. Já temos o documento preparado. Se em 2001 fizemos leis que causaram impacto no esquema econômico social, as novas devem fazê-lo com uma potência maior na atual situação econômica. Por exemplo, que se nacionalizem as telecomunicações e áreas estratégicas como a água, a energia elétrica. Todo aquilo que foi privatizado, nacionalizar-se. Recuperemos a propriedade social sob os meios estratégicos de produção. Companhia Anônima Telefones de Venezuela, que se nacionalize, senhor vice-presidente⁴⁴”*.

As quantiasas receitas obtidas pela República tiveram outro destino não adequado: a compra de armas. No ano de 2006 o governo investiu 1 bilhão e 212 milhões em gastos para equipar a Força Armada Nacional. 441,5 milhões foram destinados para a manutenção dos dois submarinos classe Sábalo da Armada, 308,7 milhões de bolívares para a aquisição de 10 helicópteros; 126,8 milhões por 53.000 fuzis de assalto AK103⁴⁵. Segundo a organização-não-governamental Controle Cidadão para a Segurança e Defesa nos últimos 24 meses a Venezuela investiu 3,7 bilhões de dólares na renovação de equipamento militar⁴⁶.

Crescente criminalização do protesto

O ritmo crescente da economia e a redução dos níveis de pobreza poderiam criar a imagem de uma população satisfeita. Porém, a realidade é outra. A ineficiência na gestão governamental que assinalamos e que afeta a vida cotidiana das pessoas, sobretudo das mais pobres, alcançou níveis preocupantes e estimulou o descontentamento social. O incremento da insegurança cidadã, o descumprimento dos planes de vivienda, a crise

⁴⁴ Hernán Lugo: Chávez pidió poderes especiales para nacionalizar CANTV y áreas petroleras. El Nacional. 09.01.07, pág A2.

⁴⁵ El Universal, 24.01.07, pág. 16.

⁴⁶ Celina Carquez: Cuestionan nuevas compras de armas. El Nacional, 13.07.07, pág. 6.

hospitalaria, o mau funcionamento dos serviços públicos e o descumprimento das contratações coletivas constituíram alguns dos motivos para protestar⁴⁷.

A essa situação acrescenta-se a não renovação da concessão para funcionar para o canal de televisão Radio Caracas Televisão (RCTV). A percepção de que esse fechamento significava uma violação ao direito na liberdade de expressão produz mobilizações em todo o território nacional.

Destaca-se a insurgência na cena estudantil das universidades públicas e privadas⁴⁸. Demonstrando uma ampla capacidade de convocação e com ações essencialmente pacíficas e variadas, guiados pelo tema de defesa da liberdade de expressão criaram um ambiente que facilitou a reanimação de setores políticos y sociais adversários ao governo. Rapidamente o protesto foi classificado por porta-vozes governamentais como subversivo⁴⁹. Foi qualificada, além disso, como um protesto manipulado pelos partidos políticos da oposição⁵⁰. A não renovação da licença à RCTV também provocou uma ampla mobilização de setores sociais e políticos pró governamentais que apoiaram que o governo tirasse do ar o sinal da televisão. Tal situação reviveu situações de tensão social experimentadas no passado recente como derivação da polarização política, a qual vinha diminuindo desde o referendun do 2004.

Um efeito do discurso governamental de desqualificar as mobilizações estudantis foi uma intensificação da criminalização do protesto. Mais de 100 estudantes foram submetidos a juízos penais por participar em protestos⁵¹ e outros ativistas sociais igualmente foram imputados entre outras acusações pelos delitos de obstrução da via pública, instigação a delinqüir e dano na propriedade privada. Confirmou-se nossa advertência lançada no segundo semestre de 2005 em que observamos um paulatino incremento da repressão

⁴⁷ Ver neste Informe os capítulos: Respostas organizativas da sociedade e Direito à manifestação pacífica.

⁴⁸ Pela primeira vez desde 1958 estudantes de universidades públicas e privadas coordenam suas ações com propósitos comuns e criam uma estrutura organizativa básica para unificar suas consignas e ações.

⁴⁹ Como em épocas da denominada Quarta República, os porta-vozes governamentais argumentaram que o protesto formava parte de um plano conspirativo e buscaram a maneira de identificá-la com quem fizera o Golpe de Estado de 11.04.02.

⁵⁰ No passado os protestos estudantis eram qualificados como protestos promovidos pelos grupos insurgentes armados de caráter urbano que pretendiam desestabilizar a ordem democrática.

⁵¹ Ver neste Informe capítulo Direito à manifestação pacífica.

na manifestação pacífica e um uso dos órgãos de administração de justiça para levar a tribunais penais a quem protestam⁵².

No médio desse marco de violações a direitos civis e políticos, o governo cresceu a desqualificação ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos e particularmente contra a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Além do discurso, adotou uma política caracterizada pelo descumprimento de acordos amistosos, medidas cautelares e provisórias e decisões dos órgãos do Sistema Internacional de Proteção⁵³. Continuou desqualificando as organizações que acodem as instancias internacionais de proteção dos direitos humanos.

A análise global do contexto econômico, social e político da Venezuela assinala que em 2008, de maneira muito provável, se realize um amplo debate sobre o futuro do país quanto a direitos humanos, democracias e conteúdo do denominado socialismo do século XXI. Mediante a Lei Habilitante continuará se desenvolvendo o marco constitucional e deverá se constatar se o governo aprofunda sua orientação regressiva na matéria dos direitos civis e políticos. Tudo indica além disso que a economia seguirá crescendo e existirão condições favoráveis para que continuem baixando os índices de pobreza.

⁵² Idem.

⁵³ Durante a gestão da advogada Maria Auxiliadora Monagas houve importantes avanços. Facilitou o diálogo entre a Comissão e o governo e entre este e as organizações de direitos humanos. O novo agente do Estado perante o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, advogado Germán Saltron, deu para trás com tais avanços. Fechou os canais de diálogo com as organizações de direitos humanos e paralisou todas as gestões que se vinham adiantando nos casos contenciosos existentes na Comissão e na Corte Interamericana de Direitos Humanos.